

Demonstrações Financeiras Consolidadas

Emissão S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

Emissão S.A.

Demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas	1
Balancos patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	6
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Emissão S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Emissão S.A. (Companhia), identificadas como consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, consolidada da Emissão S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *Internacional Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa 1 às demonstrações contábeis consolidadas, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$47.284 mil, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e, conforme balanço patrimonial nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo em R\$129.630 mil. Conforme apresentado na nota explicativa 1, esses eventos ou condições, juntamente com outros assuntos descritos na nota explicativa 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Outros assuntos – Ajustes nas demonstrações financeiras do exercício anterior

O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes descritos na Nota 3, foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 15 de março de 2023. A administração da entidade efetuou posteriormente ajustes nas referidas demonstrações financeiras conforme descrito na Nota 3 que não foram auditados.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidada

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.



Building a better
working world

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos de auditoria.

Rio de Janeiro, 29 de maio de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Fernando Alberto S. Magalhães
Contador CRC-SP133169/O

Emissão S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022 e 01 de janeiro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 reapresentado
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	6	91	220	267
Contas a receber	7	1.092	2.791	2.054
Impostos a recuperar		-	12	12
Depósitos e cauções		90	-	-
Estoques		194	115	115
Adiantamentos		26	82	241
Outros		55	-	3.581
Total		1.548	3.220	6.270
Não circulante				
Realizável a longo prazo:				
Depósitos judiciais		290	-	1.424
Outros créditos		-	76	-
Imobilizado	8	11	60	102
Intangível	9	2.437	2.579	2.721
Total		2.738	2.715	4.247
Total do ativo		4.286	5.935	10.517

Emissão S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2023 e 2022 e 01 de janeiro de 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado	01/01/2022 reapresentado
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	10	66	2.630	1.634
Fornecedores		1.252	1.830	1.789
Obrigações sociais e trabalhistas	11	203	1.813	1.609
Parcelamento fiscal	13	750	9.867	5.235
Imposto de renda e contribuição social		197	894	264
Outras obrigações fiscais		23	411	5.210
Contas a pagar para empresas ligadas	16	127.930	13.610	10.903
Outros		702	352	730
Total		131.123	31.407	27.374
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	-	-	2.562
Parcelamento fiscal	12	153.426	133.097	124.502
Contas a pagar para empresas ligadas	15	47.059	145.346	152.725
Contingências	13	89.648	64.122	64.818
Outros		99	1.822	415
Total		290.232	344.387	346.022
Patrimônio líquido:				
Capital social		34.763	34.763	34.763
Prejuízos acumulados	14	(451.832)	(404.564)	(397.619)
		(417.069)	(369.801)	(362.856)
Não controladores				
		(67)	(57)	(23)
Total		(417.136)	(369.858)	(362.879)
Total passivo e patrimônio líquido		4.286	5.935	10.517

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Emissão S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quantidade e valores por ação)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022 reapresentado
Operações continuadas:			
Receita de serviços	17	5.620	5.784
Custo das atividades	18	(1.505)	(1.437)
Lucro bruto		4.115	4.347
Despesas com pessoal		(2.063)	(2.266)
Despesas gerais e administrativas		(4.388)	(3.677)
Provisões para contingências		(30.763)	-
Resultado de equivalência patrimonial		-	-
Outras receitas e despesas		-	(259)
	19	(37.214)	(6.202)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		(33.099)	(1.856)
Receita financeira		1.797	1
Despesa financeira		(23.067)	(15.129)
Variação cambial líquida		7.712	13.223
Resultado financeiro líquido	20	(13.558)	(1.905)
Prejuízo antes do IR e CS		(46.657)	(3.760)
Imposto de renda e contribuição social		(627)	(630)
Prejuízo do exercício		(47.284)	(4.390)
Não controladores		(10)	(25)
Total		(47.274)	(4.365)
Resultado por ação (R\$) - básico e diluído			
Operações continuadas:		(1,36)	(0,13)
Quantidade média ponderada de ações durante o exercício		34.763	34.763

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Emissão S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u> <u>reapresentado</u>
Prejuízo do exercício	<u>(47.284)</u>	<u>(4.391)</u>
Resultado abrangente do exercício	<u>(47.284)</u>	<u>(4.391)</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Emissão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido	Acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2022 (reapresentado)	34.763	(400.198)	(365.435)	(32)	(365.467)
Prejuízo do exercício	-	(4.366)	(4.366)	(25)	(4.391)
Saldos em 31 de dezembro de 2022 (reapresentado)	34.763	(404.564)	(369.801)	(57)	(369.858)
Prejuízo do exercício		(47.274)	(47.274)	(10)	(47.284)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	34.763	(451.838)	(417.075)	(67)	(417.142)

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Emissão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Prejuízo líquido do exercício	(47.274)	(4.366)
Ajustes para:		
Depreciação e amortização	191	42
Ajuste de exercícios anteriores	-	-
Provisão para devedores duvidosos	2.717	-
Variação cambial	(7.107)	(12.924)
Juros empréstimos bancários	153	550
Juros partes relacionadas	9.793	4.994
Resultado de equivalência	-	-
Provisão para contingências	30.763	-
Imposto de renda e contribuição social	-	524
Variações em:		
Contas a receber	(1.018)	(736)
Estoques	(79)	-
Adiantamentos	(56)	(159)
Outros ativos	(290)	1.512
Fornecedores	(1.474)	40
Impostos e contribuições	(1.086)	177
Obrigações sociais e trabalhistas	(1.610)	145
Outros passivos	(1.939)	19.341
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	<u>(16.706)</u>	<u>9.140</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos – pagamentos	<u>(2.714)</u>	<u>(2.116)</u>
Contas com empresas ligadas – captação	<u>24.007</u>	<u>19.149</u>
Contas com empresas ligadas – pagamentos	<u>(4.449)</u>	<u>(25.953)</u>
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	<u>16.794</u>	<u>(8.920)</u>
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(132)	(47)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	<u>220</u>	<u>267</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>88</u>	<u>220</u>

As notas explicativas são parte integrantes das demonstrações financeiras consolidadas.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Emissão S.A. (“Sociedade” ou “Grupo”) está registrada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 33.3.0030994-2. O objetivo social da empresa consiste em: I - Prestação de serviços de engenharia; II - Obras de urbanização; III - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação; IV - Captação, tratamento e distribuição de água; V - Gestão de redes de esgoto; e VI - Coleta de resíduos não-perigosos. A sede da empresa é na Avenida Pastor Martin Luther King Jr., 126, 4º andar, salas 429 a 434, Del Castilho, Rio de Janeiro, Brasil. A Empresa, atualmente, tem filial em Vila Velha, no Estado do Espírito Santo, em São Luis, no Estado do Maranhão e em Maceió, no Estado de Alagoas.

Durante o exercício de 2023, a empresa apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 129.630 (R\$ 28.187 em 31 de dezembro de 2022) e prejuízos no exercício de R\$ 47.284 (R\$ 4.390 em 31 de dezembro de 2022). A empresa não assinou novos contratos de serviços devido a uma série de obstáculos, para os quais a empresa, seus consultores jurídicos e seus acionistas estão avaliando as soluções adequadas. Durante o ano de 2024, a empresa manterá uma estrutura mínima, contando com o apoio financeiro do grupo empresarial ao qual pertence para cumprir com os compromissos e obrigações, de acordo com as projeções feitas para este período.

2. Resumo das políticas contábeis

O Grupo aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 29 de maio de 2024.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.2. Contratos de concessão - ICPC 01 (IFRIC 12)

O Grupo contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) (IFRIC 12), que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) (IFRIC 12) não é registrada como ativo imobilizado do Grupo porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão.

O Grupo tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo.

O Grupo reconhece um intangível à medida em que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com o prazo do contrato de concessão.

2.3. Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Sociedade. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Ajustes a valor presente

Quando aplicável, os ativos e passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente é contabilizada contra as contas que deram origem ao referido ativo ou passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do ativo ou passivo é apropriada ao resultado ao longo do prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.5. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;
- Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo valor justo;

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de sua controlada (Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda.).

Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àsquelas estabelecidas pelo Grupo.

Controlada

O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir.

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.6. Base de consolidação--Continuação

Investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial-- Continuação

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

2.7. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades do Grupo, pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.8. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de impostos, quando aplicável. A principal fonte de receita é descrita a seguir:

2.9. Benefícios a empregados - benefícios de curto prazo

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.10. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras do Grupo compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Ganhos/perdas líquidos de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. O Grupo classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

2.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados de acordo com o lucro presumido, com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre a alíquota de presunção de 32% sobre a prestação de serviços e 9% sobre a presunção.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.11. Imposto de renda e contribuição social--Continuação

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social presumidas. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

2.12. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseada na capacidade normal de operação.

2.13. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.13. Imobilizado--Continuação

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pelo Grupo.

Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que o Grupo obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As taxas de depreciação resultantes das vidas úteis estimadas do ativo imobilizado estão descritas na nota 12.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

2.14. Instrumentos financeiros

O Grupo classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.

O Grupo classifica passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado e outros passivos financeiros.

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento

O Grupo reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento--Continuação

O Grupo desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando o Grupo transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelo Grupo em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

O Grupo desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, o Grupo tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros não derivativos - mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

São ativos financeiros classificados como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caixa e equivalentes de caixa e títulos de investimentos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são mensurados inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

São ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis as contas a receber e contas a receber de empresas ligadas.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.14. Instrumentos financeiros--Continuação

Passivos financeiros não derivativos - mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Estão classificados na categoria de outros passivos financeiros, fornecedores e contas com empresas ligadas (líquido).

2.15. Capital social

Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12.

2.16. Redução ao valor recuperável (impairment)

Ativos financeiros não-derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Evidência objetiva se o contas a receber teve perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido ao Grupo em condições que não seriam aceitas em condições normais;

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.16. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

Ativos financeiros não-derivativos--Continuação

- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência/recuperação judicial;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- Desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento devido a dificuldades financeiras; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado

O Grupo considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tenham sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que possa ter ocorrido, mas não tenha ainda sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, o Grupo utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando o Grupo considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda, a provisão é revertida através do resultado.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.16. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

Investidas contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros do Grupo, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupos de UGCs que se espera que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma *pro rata*.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.16. Redução ao valor recuperável (impairment)--Continuação

Ativos não financeiros--Continuação

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.17. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

2.18. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual o Grupo tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non- performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito do Grupo.

Uma série de políticas contábeis e divulgações do Grupo requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros.

Quando disponível, o Grupo mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo se as transações para o ativo ou passivo ocorrem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.18. Mensuração do valor justo--Continuação

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, o Grupo mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se o Grupo determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas notas explicativas específicas.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Resumo das políticas contábeis--Continuação

2.19. Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Sociedade faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

a) Imposto de renda, contribuição social e outros impostos

A Sociedade está sujeita ao imposto sobre a renda, sendo necessário um julgamento significativo para determinar a respectiva provisão.

Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. A Sociedade também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos (caso existam) no período em que o valor definitivo é determinado.

b) Provisão para férias

O valor da provisão para férias é calculado tendo por base os valores médios anuais dos salários dos funcionários existentes no final do ano, incluindo os devidos adicionais recebidos ao longo do ano e os respectivos encargos.

c) Provisão para riscos trabalhistas

A Sociedade é parte em processos judiciais trabalhistas. Provisões são constituídas para as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação de risco é feita mediante parecer de advogados externos.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2.20. Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023

A Empresa aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma). A Empresa decidiu não dotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

As alterações no CPC 50, CPC 23 (IAS 8), CPC 32 (IAS 12), CPC 26 (R1) (IAS1) e CPC 23 (IAS 8), CPC 29, CPC 27, CPC 25 e CPC 15 (R1), não impactaram as demonstrações financeiras da Empresa. A Empresa pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros se eles se tornarem aplicáveis ou relevantes.

2.21. Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Empresa, estão descritas a seguir. A Empresa pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Alterações ao IAS 1 - Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante

Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao o CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de covenants futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. O Grupo está atualmente avaliando o impacto que as alterações terão na prática atual e se acordos de empréstimo existentes podem exigir renegociação.

Alterações ao IAS 7 e IFRS 7 - Acordos de financiamento de fornecedores

Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) - Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras do Grupo.

3. Reapresentação

Em 15 de março de 2023 foram originalmente emitidas as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022. Após a emissão das demonstrações financeiras, a Administração identificou a necessidade de correção montantes, devido a erros de exercícios anteriores. Dessa forma, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados, de acordo com o previsto na NBC TG 23 – Políticas contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro.

As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido foram reapresentadas em decorrência dos ajustes no prejuízo do exercício findos em 31 de dezembro de 2022 e no prejuízo acumulado de anos anteriores.

Essa reapresentação afetou os valores correspondentes das demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 1 de janeiro de 2022 e não foram auditados, conforme apresentado a seguir:

- (a) Saldos de contas correntes que os respectivos extratos bancários apresentavam saldos zerados na data base;
- (b) Saldos de contas a receber com alta probabilidade de não realização que não possuía devida provisão para perda;
- (c) Saldos de impostos a recuperar que não representavam direitos da Companhia, uma vez que havia passado o prazo de solicitação de compensação determinado pela legislação tributária;
- (d) Saldos de estoque que não estavam de acordo com a posição física da Companhia;
- (e) Os adiantamentos, outros saldos, títulos de investimentos a receber e depósitos judiciais não possuíam conciliação ou base comprobatória de existência e recuperabilidade;
- (f) Diferenças de conciliação dos saldos de partes relacionadas;
- (g) Existência de saldos de impostos diferidos sem a expectativa de realização;
- (h) Existência de saldos contábeis de imobilizado em não conformidade com a posição física de ativos;
- (i) Diferenças de conciliação de outros ativos e passivos;
- (k) Diferenças entre os saldos de impostos parcelados e os extratos da receita federal;
- (l) Investimento não reconhecido em anos anteriores
- (m) Diferença entre os saldos de provisão para contingências e respostas de advogados externos.
- (n) Identificação de saldos classificados como futuro aumento de capital, que estavam contabilizados por um longo período no Patrimônio Líquido da Companhia sem expectativa de integralização.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balço Patrimonial

	31/12/2021			31/12/2022			
	Original	Ajustes não-auditados	Reapresentado	Original	Ajustes não-auditados	Reapresentado	
Ativo							
Caixa e equivalente de caixas	530	(263)	267	514	(294)	220	(a)
Contas a receber	13.154	(11.100)	2.054	3.326	(535)	2.791	(b)
Impostos a recuperar	2.393	(2.381)	12	2.415	(2.403)	12	(c)
IR e CS a recuperar	1.402	(1.402)	-	1.402	(1.402)	-	(c)
Estoques	129	(14)	115	129	(14)	115	(d)
Adiantamentos	323	(82)	241	273	(191)	82	(e)
Outros	3.715	(134)	3.581	9.446	(9.446)	-	(e)
Total circulante	21.646	(15.376)	6.270	17.505	(14.285)	3.220	
Contas a receber – não circulante							(b)
contas a receber – não circulante – partes relacionadas	131.572	(131.572)	-	129.993	(129.993)	-	(f)
Títulos de investimentos	180	(180)	-	180	(180)	-	(e)
Ativo diferido	209	(209)	-	209	(209)	-	(g)
Depósitos judiciais	56.077	(54.653)	1.424	85.151	(85.151)	-	(e)
Investimentos	1.987	(1.987)	-	639	(639)	-	
Imobilizado	6.755	(6.653)	102	-	60	60	(h)
Intangível	811	1.910	2.721	584	1.995	2.579	
Outros créditos	2.721	(2.721)	-	2.579	(2.503)	76	
Total não circulante	200.312	(196.065)	4.247	219.335	(216.620)	2.715	
Total ativos	221.958	(211.441)	10.517	236.840	(230.905)	5.935	

	12/31/2021			12/31/2022			
	Original	Ajustes não auditados	Reapresentado	Original	Ajustes não auditados	Reapresentado	
Passivo							
Empréstimos e financiamentos	3.684	(2.050)	1.634	2.394	236	2.630	(i)
Fornecedores	2.007	(218)	1.789	2.047	(217)	1.830	(i)
Obrigações sociais e trabalhistas	11.428	(9.819)	1.609	11.800	(9.987)	1.813	(j)
Parcelamento fiscal	5.266	(31)	5.235	9.897	(30)	9.867	(k)
IR e CS a pagar	264	-	264	894	-	894	
Outras obrigações fiscais	5.760	(550)	5.210	652	(241)	411	(l)
Partes relacionadas	10.681	222	10.903	22.753	(9.143)	13.610	
Outros	856	(126)	730	787	(435)	352	
Total circulante	39.946	(12.572)	27.374	51.224	(19.817)	31.407	
Empréstimos e financiamentos	-	2.562	2.562	-	-	-	
Parcelamento fiscal	3.570	120.932	124.502	3.412	129.685	133.097	(k/n)
Partes relacionadas	116.908	(116.908)	-	109.529	(109.529)	-	(k)
Provisão para perda de investimento	-	153.725	153.725	-	145.346	145.346	(l)
Provisão para contingências	3.349	61.649	64.818	53.692	10.430	64.122	(m)
Outros	76.834	(76.419)	415	85.145	(83.323)	1.822	
Total não circulante	200.661	145.361	346.022	251.778	92.609	344.387	
Capital social	34.763	-	34.763	34.763	-	34.763	
Adiantamento para futuro aumento de capital	36.117	(36.117)	-	36.117	(36.117)	-	(n)
Prejuízos acumulados	(89.529)	(308.090)	(397.619)	(137.042)	(267.522)	(404.564)	
Total patrimônio líquido	(18.649)	(344.207)	(362.856)	(66.162)	(303.639)	(369.801)	
Não Controladores	-	(23)	(23)	-	(57)	(57)	
Total	(18.649)	(344.230)	(362.879)	(66.162)	(303.696)	(369.858)	
Passivo e patrimônio líquido	221.958	(211.441)	10.517	236.840	(230.904)	5.936	

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Resultado

	Original	Ajustes não auditados	Reapresentado
	12/31/2022	Emissão	12/31/2022
Resultado			
Receita de serviços	5.784	-	5.784
Custo das atividades	(1.437)	-	(1.437)
Lucro bruto	4.347	-	4.347
Despesas com pessoal	(2.263)	2.263	-
Despesas gerais e administrativas	(3.558)	1.292	(2.266) (i)
Provisão para contingências	(53.956)	50.279	(3.677) (m)
Despesas comerciais	(12.479)	12.479	- (i)
Resultado de equivalência patrimonial	(6.755)	6.755	- (i)
Outras receitas e despesas	(486)	227	(259) (i)
Subtotal	(79.497)	73.295	(6.202)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	(75.150)	73.295	(1.855)
Receita financeira	1	-	1
Despesa financeira	(13.724)	(1.855)	(15.129) (i)
Variação cambial líquida	13.223	-	13.223 (i)
Resultado financeiro líquido	(500)	(1.405)	(1.905)
Prejuízo antes de IR/CS	(75.650)	71.890	(3.760)
Imposto diferido	-	-	- (g)
Imposto de renda e contribuição social	28.444	(29.074)	(630) (i)
Prejuízo do exercício	(47.206)	42.815	(4.390)
Não Controladores	-	25	25
Total	(47.206)	42.791	(4.365)

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações do fluxo de caixa

	31/12/2022	Ajustes não	31/12/2022
	Original	auditados	Reapresentado
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo líquido do exercício	(47.206)	(42.841)	(4.365)
Ajustes para:			
Depreciação e amortização	227	(185)	42
Ajuste de exercícios anteriores	-	-	-
Provisão para devedores duvidosos	12.479	(12.479)	-
Variação cambial	(12.924)	-	(12.924)
Juros empréstimos bancários	-	55	55
Juros partes relacionadas	-	4.994	4.994
Resultado de equivalência	6.755	(6.755)	-
Provisão para contingências	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social	(28.550)	29.074	524
Variações em:			
Contas a receber	2.054	(2.790)	(736)
Estoques	115	(115)	-
Adiantamentos	(362)	203	(159)
Outros ativos	3.493	(1.981)	1.512
Fornecedores	515	(475)	40
Impostos e contribuições	675	(498)	177
Obrigações sociais e trabalhistas	1.754	(1.609)	145
Outros passivos	49.783	(30.442)	19.341
Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais	(11.191)	20.331	9.140
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Empréstimos – pagamentos	(2.399)	283	(2.116)
Contas com empresas ligadas – captação	13.574	5.575	19.149
Contas com empresas ligadas – pagamentos	-	(25.953)	(25.953)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	11.175	(20.095)	(8.920)
Variação líquida do caixa e equivalentes de caixa	(16)	(31)	(47)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	530	(263)	267
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	514	(294)	220

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação
31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Contrato de concessão

A controlada Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda. inscrita no CNPJ sob o n.º 03.836.562/0001-68, é contratada do Município de Guapimirim, RJ, para a Gestão do Sistema e Serviços de Abastecimento de Água no Perímetro Urbano do Município de Guapimirim.

O Contrato de Concessão de n.º 004/00, foi assinado em 30 de junho de 2000, e tem o Prazo de Execução de 30 (trinta) anos, prorrogáveis por igual período. (Cláusula 3ª - Contrato Administrativo n.º 004/00).

Das principais obras realizadas pode-se destacar: Melhorias na Captação; Construção de Estação de Tratamento de Água em Aço Carbono, com capacidade de tratamento de 120L/S; Construção de Tanque de Contato em Aço Carbono, com capacidade de 100m³; Construção de 2 (dois) Tanques de Alívio em Aço Carbono, com capacidade individual de 16m³; Construção de 2 (dois) Reservatórios para Água Tratada em Aço Carbono com capacidade de 1.000m³ e 527m³; Execução e Revitalização de 9.200 metros de Rede Distribuidora; Execução de 10.318 Ligações Prediais (Dados de 31/12/16); Instalação de 9.517 Hidrômetros (Dados de 31/12/16);

Todos os Clientes são micromedidos por hidrômetros volumétricos.

A Cobrança da Tarifa de Água foi iniciada em 01.07.2001, após a execução das obras necessárias, benfeitorias e melhorias.

O Contrato de Concessão prevê o reajuste anual na TRA - Tarifa Referencial de Água com base na variação do IGPM.

O último reajuste anual da TRA - Tarifa Referencial de Água ocorreu em novembro de 2015, e foi de 31,73%, devido ao acúmulo de anualidades anteriormente não concedidas. Desde então, não houve reajustes na tarifa, a qual encontra-se defasada.

Não houve, até a presente data, qualquer de Aditamento Contratual, bem como reajustes reais e ou reequilíbrio econômico financeiro.

A Concessionária possui compromisso contratual de universalizar, com regularidade, continuidade e eficiência, o abastecimento de água, fato que prescinde de investimentos para o pleno atendimento contratual.

O Controle de Qualidade da Água Captada, Tratada, Armazenada e Distribuída é feita por empresa independente com Acreditação ISO 17.025

A FUNASA - Fundação Nacional de Saúde, órgão do Governo Federal, executa de forma independente, semanalmente, monitoramento da Qualidade da Água em todo o Município de Guapimirim.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Consórcios

Os consórcios em que a empresa tem interesse estão inativos no final de 2023, pelo que não são registados quaisquer saldos ou movimentos nas suas demonstrações financeiras do período e não são reconhecidos quaisquer ativos, passivos, proveitos ou custos, uma vez que não existe atividade controlada.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Disponível em caixa	6	40	10
Depósitos bancários	17	5	39
Numerários em trânsito	68	1	64
Aplicações de liquidez imediata	-	174	154
Total	91	220	267

As aplicações financeiras são remuneradas, em média, à variação anual do CDI.

7. Contas a receber

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Contas a receber de clientes	6.181	5.163	3.712
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5.089)	(2.372)	(1.658)
Total contas a receber	1.092	2.791	2.054

O saldo da conta “Contas a receber de clientes” inclui valores (vide a análise por vencimento) vencidos no final do período de relatório, para os quais o Grupo não constituiu uma provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que não houve mudança significativa na qualidade do crédito e os valores são relacionados a direitos contratuais e ainda são considerados recuperáveis. O Grupo não tem garantias para esses saldos nem tem o direito legal de compensá-los com valores devidos pelo Grupo ao devedor, quando aplicável.

O Grupo constitui uma provisão para créditos de liquidação duvidosa com base nos valores irre recuperáveis estimados determinados em experiências passadas de inadimplência e da análise da situação financeira atual de cada devedor.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Contas a receber--Continuação

Composição por vencimento das contas a receber que não estão incluídos como devedores duvidosos e portanto provisionados como créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
A vencer	-	-	451
Vencidos até 60 dias	483	-	230
Vencidos de 61 a 180 dias	404	-	237
Vencidos de 181 a 360 dias	205	1.425	507
Vencidos a mais de 361 dias	-	1.366	629
Total	1.092	2.791	2.054

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	2.372	1.658	2.106
Perdas (reversão) por redução ao valor recuperável reconhecidas	2.717	714	(448)
Total	5.089	2.372	1.658

Para determinar a recuperação das contas a receber de cliente, o Grupo considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente na data em que o crédito foi inicialmente concedido até o final do período de relatório. A concentração do risco de crédito é limitada porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

8. Imobilizado

		31/12/2023			31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
	Taxas anuais	Custo	Depreciação	Líquido	Líquido	Líquido
Móveis e utensílios	4%	34	(27)	7	11	13
Máquinas e equipamentos	10%	38	(34)	4	8	9
Equipamentos de TI	10%	105	(105)	-	12	13
Veículos	20%	221	(221)	-	-	-
Outros	10 a 20%	19	(19)	-	29	67
Total		417	(406)	11	60	102

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Imobilizado--Continuação

É a seguinte a movimentação do ativo imobilizado durante o exercício:

	Saldo líquido 01/01/2022 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2022 (reapresentado)
Móveis e utensílios	13	-	-	(2)	11
Máquinas e equipamentos	9	-	-	(1)	8
Equipamentos de TI	13	-	-	(1)	12
Outros	67	-	-	(38)	29
Total	102	-	-	(42)	60

	Saldo líquido 31/12/2022 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2023
Móveis e utensílios	11	-	-	(4)	7
Máquinas e equipamentos	8	-	-	(4)	4
Equipamentos de TI	12	-	-	(12)	-
Outros	29	-	-	(29)	-
Total	60	-	-	(49)	11

A Administração considera que o valor contábil líquido do ativo imobilizado não excede ao seu valor recuperável.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível

A controlada Fontes da Serra Saneamento de Guapimirim Ltda., opera contratos de concessão que preveem a prestação de serviços de saneamento básico e ambiental, captação, adução, tratamento e distribuição de água tratada, e coleta, e tratamento de esgotamento sanitário. Esses contratos de concessão estabelecem direitos e deveres relativos aos bens relacionados à prestação de serviço público. Os contratos preveem que os bens relacionados à prestação de serviços serão revertidos aos municípios ao fim do período de concessão. Em 31 de dezembro de 2023, Fontes da Serra operava apenas no município de Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro. O período de concessão é de 30 anos, renováveis. A prestação de serviços é remunerada na forma de tarifa.

	31/12/2023			31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
	Custo	Amortização	Líquido	Líquido	Líquido
Captação	522	(388)	134	152	170
Adutora	265	(197)	68	77	86
Unidade de tratamento	749	(559)	190	216	242
Reservatório	1.501	(707)	794	832	871
Rede de distribuição	1.966	(814)	1.152	1.190	1.227
Sistema comercial	50	(37)	13	14	16
Controle operacional	111	(83)	28	32	36
Ligações prediais	223	(165)	58	66	73
Total	5.387	(2.950)	2.437	2.579	2.721

É a seguinte a movimentação do ativo intangível durante o exercício:

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Intangível--Continuação

	Saldo líquido 01/01/2022 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2022 (reapresentado)
Captação	170	-	-	(18)	152
Adutora	86	-	-	(9)	77
Unidade de tratamento	242	-	-	(26)	216
Reservatório	871	-	-	(39)	832
Rede de distribuição	1.227	-	-	(37)	1.190
Sistema comercial	16	-	-	(2)	14
Controle operacional	36	-	-	(4)	32
Ligações prediais	73	-	-	(7)	66
Total	2.721	-	-	(142)	2.579

	Saldo líquido 31/12/2022 (reapresentado)	Adições	Baixas	Depreciação	Saldo líquido 31/12/2023
Captação	152	-	-	(18)	134
Adutora	77	-	-	(9)	68
Unidade de tratamento	216	-	-	(26)	190
Reservatório	832	-	-	(39)	793
Rede de distribuição	1.190	-	-	(37)	1.153
Sistema comercial	14	-	-	(2)	12
Controle operacional	32	-	-	(4)	28
Ligações prediais	66	-	-	(7)	59
Total	2.579	-	-	(142)	2.437

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos

	31/12/2023		31/12/2022 (reapresentado)		01/01/2022 (reapresentado)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Banco Santander	-		2.562	-	1.566	2.562
Itaú	66		68	-	68	-
Total	66		2.630	-	1.634	2.562

O saldo com o Banco Santander foi liquidado durante o ano de 2023.

São os seguintes os detalhes dos empréstimos e financiamentos:

a) Banco Santander

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Circulante	-	2.562	1.566
Não circulante	-	-	2.562
		<u>2.562</u>	<u>4.128</u>

Juros: 1,30% a.m
Vencimento: 2023
Garantia: Recebíveis

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Saldo no início do exercício	2.562	4.128
Pagamento principal	(2.515)	(1.586)
Pagamento juros	(199)	(530)
Juros	152	550
Saldo final	-	2.562

O saldo foi liquidado integralmente em 2023.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Empréstimos e financiamentos--Continuação

b) Banco Itaú

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Circulante	66	68	68
Não circulante	-	-	-
	<u>66</u>	<u>68</u>	<u>68</u>
Juros:		2,06% a.m.	
Vencimento:		2023	
Garantia:		Recebíveis	

11. Obrigações sociais e trabalhistas

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Salários	61	-	2
Provisão de férias e encargos	5	1.557	1400
INSS	11	11	8
IRRF	89	47	6
FGTS	-	-	55
Provisão de férias	33	33	-
Rescisões	4	165	138
Outros	-	-	-
Total	<u>203</u>	<u>1.813</u>	<u>1.609</u>

12. Parcelamento Fiscal

	31/12/2023		31/12/2022 (reapresentado)		01/01/2022 (reapresentado)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Total	750	153.426	9.867	133.097	5.235	124.502

Consolidado em 2023

2025 em diante	<u>154.011</u>
----------------	----------------

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Parcelamento Fiscal--Continuação

Classificação	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Processos administrativos. – exigibilidades suspensas	38.790	36.657	34.455
Processo administrativos. – em Cobrança	17.807	16.828	15.817
DEBCAD – divergência GFIP x GPS	1.560	-	-
Parcelamento Ativo (Pert II)	47.758	42.228	35.053
Dívida ativa – pendente de cobrança ou de ajuizamento	9.392	8.876	8.342
Dívida ativa tributária – ajuizada (Federal)	32.842	32.510	30.557
Dívida ativa tributária – ajuizada (Estadual)	2.551	2.411	2.266
Dívida ativa não tributária - ajuizada	3.656	3.454	3.247
Total	154.176	142.964	129.737

13. Contingências

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Trabalhistas	17.810	21.329	22.026
Cíveis	71.838	42.793	42.792
Total	89.648	64.122	64.818

A situação jurídica do Grupo engloba processos de naturezas trabalhista e Cíveis. A Administração entende que os encaminhamentos e as providências legais cabíveis que já foram tomadas em cada situação justifica que o montante provisionado para contingências. no valor total de R\$89.648. seja suficiente cobrir perdas prováveis nessas contingências.

Do total da dívida contabilizada, R\$ 17.804 correspondem a aproximadamente 688 processos trabalhistas que estão atualmente em processo de negociação para a assinatura de acordos.

A contingência civil totaliza R\$ 70.945, dos quais R\$ 30.579 são do antigo cliente CEDAE por uma ação apresentada por esta Empresa, R\$ 19.691 da BS Construções que foi fornecedor da Emissão e R\$ 21.567 correspondem também a um grupo de empresas que prestaram serviços para o desenvolvimento da operação da Emissão.

O Grupo atualizou os seus processos judiciais para o período de 1 de janeiro de 2022 a 31 de dezembro de 2023, resultando em contingências consideradas possíveis no montante total de R\$ 21.557, dos quais R\$ 4.555 correspondem a dívidas cíveis e R\$ 17.002 a dívidas trabalhistas e devido a esta classificação não foram reconhecidas provisões nas demonstrações financeiras.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de Dezembro de 2023 e de 2022, o Capital Social autorizado, subscrito e integralizado de R\$ 34.763 está representado por 31.560.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

A composição acionária está abaixo:

Composição acionária		
Investidor	%	Ações
Soluciones Ambientales Andinas Sas	75%	23.670.000
SEBASTIAO CRISTOVAM	15%	4.734.000
ALESSANDRO CRISTOVAM	10%	3.156.000
Total	100%	31.560.000

Natureza e propósito das reservas de lucros

- Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

15. Partes relacionadas

Contas com empresas ligadas

Os detalhes a respeito das transações entre a Sociedade e outras partes relacionadas estão apresentados a seguir:

Os saldos de contas a pagar a empresas ligadas referem-se a transações de suporte financeiro entre as partes. Sobre os saldos de contas a pagar incidem juros de mercado.

	31/12/2023		31/12/2022 (reapresentado)		01/01/2022 (reapresentado)	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
INASSA	-	25.320	12.713	25.348	-	5.040
Soluciones Ambientales Andinas	126.841	21.739	-	119.998	6.405	147.685
Canal de Isabel	1.089	-	897	-	4.498	-
Total	127.930	47.059	13.610	145.346	10.903	152.725

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

15. Partes relacionadas--Continuação

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Despesas financeiras	9.136	8.142
Total	-	-

16. Instrumentos financeiros

Gestão de risco de capital

A política da Diretoria é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e do mercado e o desenvolvimento futuro do negócio. A Diretoria monitora o retorno de capital e também o nível de dividendos para os acionistas.

A Diretoria procura manter um equilíbrio entre os mais altos retornos possíveis com níveis adequados de alavancagem e as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital saudável.

O Grupo administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ele possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa 16), deduzidos pelo caixa e saldos de bancos e pelo patrimônio líquido da Sociedade (que inclui capital emitido, reservas, lucros acumulados e participações não controladoras), conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Diretoria revisa constantemente a sua estrutura de capital. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital e os riscos associados a cada classe de capital.

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 é conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)	01/01/2022 (reapresentado)
Dívidas (a):			
Empréstimos e financiamentos	-	2.630	4.196
Caixa e equivalentes	88	220	267
Dívida líquida	-	2.410	3.929
Patrimônio líquido	(417.142)	(369.858)	(362.879)
Índice de endividamento líquido		0.01	0.01

A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazo, conforme detalhado a seguir:

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão de risco de capital--Continuação

Categorias de instrumentos financeiros

	31/12/2023			31/12/2022 (reapresentado)			01/01/2022 (reapresentado)		
	Valor justo através do resultado	Empréstimo recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimo recebíveis	Total	Valor justo através do resultado	Empréstimo recebíveis	Total
Ativos									
Caixa e equivalentes de caixa	91	-	91	220	-	220	267	-	267
Contas a receber	-	1.092	1.092	-	2.791	2.791	-	2.054	2.054
	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total	Valor justo através do resultado	Outros passivos	Total
(Passivos)									
Empréstimos e financiamentos	-	(66)	(66)	-	(2.630)	(2.630)	-	(4.196)	(4.196)
Fornecedores	-	(1.252)	(1.252)	-	(1.830)	(1.830)	-	(1.789)	(1.789)
Contas com empresas ligadas	-	(175.044)	(175.044)	-	(158.900)	(158.900)	-	(160.717)	(160.717)
- líquido	-))	-))	-))

A Sociedade avalia que todos os instrumentos financeiros estão classificados no nível 2 na hierarquia de valor justo.

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para produzir as estimativas dos valores de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Objetivos da administração dos riscos financeiros

O Departamento de Tesouraria Corporativa do Grupo presta serviços às empresas, coordena o acesso aos mercados financeiros domésticos e estrangeiros, e monitora e administra os riscos financeiros relacionados às operações da Sociedade por meio de relatórios de riscos internos que analisam as exposições por grau e relevância dos riscos. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, risco de taxa de juros e outros riscos de preços), o risco de crédito e o risco de liquidez. Grupo não opera com instrumentos financeiros derivativos.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Risco de mercado

Por meio de suas atividades, o Grupo fica exposto principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de câmbio e nas taxas de juros. A Administração entende que esse risco é inerente ao perfil de sua dívida e, portanto, bem equacionado. Portanto, a Administração não usa instrumentos financeiros derivativos. As exposições ao risco de mercado são mensuradas em bases contínuas e acompanhadas pela Administração da Sociedade.

Gestão do risco de taxa de juros

O Grupo não tem exposição ao risco de taxa de juros, uma vez não possui empréstimos com taxas de juros pós-fixadas.

Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Sociedade incorrer em perdas financeiras. O Grupo adotou a política de apenas negociar com contrapartes que possuam capacidade de crédito e obter garantias suficientes, quando apropriado, como meio de mitigar o risco de perda financeira por motivo de inadimplência. O Grupo utiliza informações financeiras disponíveis publicamente e seus próprios registros para avaliar seus principais clientes. A exposição da Sociedade e as avaliações de crédito de suas contrapartes são continuamente monitoradas e o valor agregado das transações concluídas é dividido entre as contrapartes aprovadas.

As contas a receber de clientes estão compostas por clientes diferentes, formados substancialmente por entes governamentais (prefeituras e controladas por estados da federação). Uma avaliação contínua do crédito é realizada na condição financeira das contas a receber. Para fazer face às possíveis perdas com créditos de liquidação duvidosa, foram constituídas provisões, cujo montante é considerado suficiente pela administração para a cobertura desse risco.

O Grupo define como contrapartes como tendo características semelhantes, aquelas que são empresas relacionadas. Não há concentração de risco de crédito.

Adicionalmente, o Grupo não detém nenhuma garantia ou outras garantias de crédito para cobrir seus riscos de crédito associados aos seus ativos financeiros.

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Instrumentos financeiros--Continuação

Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Diretoria Financeira, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. O Grupo possui linhas de crédito não utilizadas que tem à disposição para reduzir ainda mais o risco de liquidez.

Técnicas de avaliação e premissas aplicadas para fins de apuração do valor justo

A determinação do valor justo dos ativos e passivos financeiros é apresentada a seguir:

- O valor justo dos ativos e passivos financeiros que apresentam termos e condições padrão e são negociados em mercados ativos é determinado com base nos preços observados nesses mercados.
- O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável de acordo com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções.
- O valor justo dos outros ativos e passivos financeiros é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

Os valores de mercado dos principais instrumentos financeiros não apresentam diferenças significativas dos valores contabilizados.

17. Receitas

Segue abaixo conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração do resultado do exercício:

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Receita bruta	5.987	6.103
Outorga	(182)	-
Impostos sobre vendas	(185)	(319)
Total	<u>5.620</u>	<u>5.784</u>

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Custo das atividades

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Material aplicado	(445)	(456)
Alugueis e locações	(251)	-
Serviços terceirizados	(415)	(398)
Depreciação e amortização	(47)	(142)
Outros	(347)	(441)
Total	(1.505)	(1.437)

19. Despesas gerais. administrativas e outras

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Pessoal	(2.063)	(2.263)
Alugueis e locações	(165)	-
Manutenção	(14)	-
Provisão para contingências	(30.763)	-
Equivalência patrimonial	-	-
Depreciação e amortização	(143)	(42)
Outras	(4.066)	(3.894)
Total	(37.214)	(6.199)

20. Resultado financeiro líquido

	31/12/2023	31/12/2022 (reapresentado)
Juros bancários	13	1
Juros s/ multas	1.784	-
Total de Receita financeira	1.797	1
Juros empréstimos e partes relacionadas	(20.540)	(14.853)
Despesas bancárias	(265)	(188)
Outras	(523)	(128)
Total de Despesa Financeira	(21.328)	(15.169)
Variação cambial ativa	20.997	35.467
Variação cambial passiva	(13.285)	(22.244)
Variação cambial líquida	7.712	13.223
Total	(13.558)	(1.905)

Emissão S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas--Continuação

31 de dezembro de 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

21. Cobertura de seguros

O Grupo adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria das demonstrações financeiras, conseqüentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos. O Grupo considera que a cobertura de seguros é consistente com as outras empresas de dimensão semelhante operando no setor.

* * *